

Os filhos da guerra: trauma e transmissão*

Marylink Kupferberg**

Resumo:

Este artigo toma como ponto de partida os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial, que derrubaram as ilusões que, porventura, a civilização ocidental tenha erigido sobre si mesma e deixaram o século XX marcado pelo horror. Afirma-se que a segunda geração, denominada aqui como os “Filhos da Guerra”, foi profundamente impactada pelos efeitos da transmissão de “Zonas de Silêncio”, espaços resultantes do impacto traumático vivido pela geração de sobreviventes da *Shoah*.

Palavras-chave: TRAUMA; ZONAS DE SILÊNCIO; TRANSMISSÃO; SEGREDO.

The children of war: trauma and transmission

Abstract:

This article takes as its starting point the events of World War II, which shattered the illusions that Western civilization may have built about itself and left the 20th century marked by horror. It is stated that the second generation, referred to here as the “Children of War”, was profoundly impacted by the effects of the transmission of “Zones of Silence”, spaces resulting from the traumatic impact experienced by the generation of Shoah survivors.

Keywords: TRAUMA, ZONES OF SILENCE, TRANSMISSION, SECRET.

Les enfants de la guerre: traumatisme et transmission

Résumé:

Cet article prend comme point de départ les événements de la Seconde Guerre mondiale, qui ont brisé les illusions que la civilisation occidentale avait peut-être érigées sur elle-même et ont laissé le XXe siècle marqué par l'horreur. Il est affirmé que la deuxième génération, désignée ici comme les « Enfants de la Guerre », a été profondément marquée par les effets de la transmission des « Zones de Silence », espaces résultant de l'impact traumatique vécu par la génération des survivants de la Shoah.

Mots Clés: TRAUMA, ZONES DE SILENCE, TRANSMISSION, SECRET.

* Referência à tradução do título de um filme de Agnieszka Holland (1998) no original *Europa, Europa* que narra fatos reais baseados nas memórias de Shlomo Perel escritas no livro *com o mesmo título*. Trata-se da história de um adolescente judeu, que durante a II Guerra Mundial escapou da prisão, fazendo-se passar por ariano. Serviu na Wehrmacht de 1941 a 1942, tendo sido interno numa escola para a elite da juventude hitlerista de 1942 a 1945, onde foi consagrado herói alemão sem que jamais tenham descoberto sua verdadeira identidade. Filhos da Guerra, o título que escolhi, passou a ser utilizado nesse artigo para denominar a segunda geração.

** Psicanalista, Doutora em Psicanálise pela PUC Rio, Membro Efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. Membro da Coordenação e Formação Permanente do CPRJ.

E-mail: kmarylink@gmail.com

ORCID Id: <https://orcid.org/0009-0009-7666-7016>

*To be rooted is perhaps the most important
And the least recognized need of the human soul...
To be able to give, one has to possess;
And we possess no other life, no other living sap,
Than the treasures stored up from the past
And digested, assimilated and created afresh by us.
Of all the human soul's needs,
None is more vital than this one of the past*

(Simone Weil)

Após o término da Guerra mais violenta e traumática da História, a II Guerra Mundial, vieram à luz os horrores que se seguiram à *Shoah*, termo hebraico que adotamos nesse ensaio como paradigma de um genocídio¹. *Shoah*², palavra que significa catástrofe ou destruição, às vezes desolação e calamidade, já era utilizada no *Antigo Testamento* para se referir a um desastre de amplas proporções. Após o término da guerra, vem sendo empregado como o equivalente hebraico para Holocausto. A rigor, os dois termos comumente usados – Shoah e Holocausto - denotam a tentativa feita pelos alemães nazistas, sob a liderança (*Führung*) de Hitler, de destruir os judeus europeus durante a II Guerra Mundial. Sem dúvida, muitos outros indivíduos e grupos foram perseguidos e sofreram destino semelhante durante esse período, mas somente aos judeus coube a Solução Final, isto é, a decisão dos nazistas de aniquilá-los definitivamente da Alemanha e de todos os territórios ocupados pelo III Reich.

Pesquisadores e historiadores acabaram por preferir usar o termo *Shoah* por considerarem que o termo Holocausto³, que significa literalmente “um sacrifício completo por fogo”, isto é, um sacrifício aos deuses em que a vítima era queimada viva, tende a dar uma conotação sacrificial à destruição de 6 milhões de judeus, perpetrada pelos nazistas e seus seguidores, na Europa entre 1933-1945. Conotação que não condiz absolutamente com a compreensão que temos a respeito da catástrofe que assolou o século XX e não só mudou a história da cultura ocidental, como galgou patamares da utilização da ciência e da tecnologia a serviço da exploração e extermínio do outro em escala industrial. A face da violência se revelou sob a forma original da “Banalização do Mal”, expressão cunhada por Hanna Arendt durante o julgamento de Adolf Eichmann (1906- 1962) na Corte Distrital de Jerusalém, após ter sido capturado em Buenos Aires, em 11 de maio de 1960. O carrasco nazista, um dos principais organizadores e executores da *Shoah*, cujo julgamento foi iniciado em 11 de abril de 1961, foi condenado e sentenciado à morte em 12 de dezembro de 1961 e enforcado à meia-noite de 31 de maio de 1962. Um julgamento que, acrescido da cobertura feita por Hanna Arendt, trouxe a maior visibilidade dos horrores cometidos pelos carrascos nazistas desde o Julgamento de Nuremberg em 1945-1946, à segunda geração (Arendt, 1999).

Nesse sentido, aliamos-nos ao pensamento de Giorgio Agamben, que tem em Arendt uma das maiores influências de sua obra, quando em seu livro *Homo Sacer* (1995) - figura do direito arcaico romano que se inclui na ordem político-jurídica como figura matável ou como vida nua, isto é, uma vida que não merece ser vivida - justifica a impropriedade do uso do termo holocausto para nomear o extermínio dos judeus. E acrescenta: “O campo (*Lager*) é apenas o local onde se realizou a mais absoluta *conditio inhumana* que se tenha dado sobre a terra: isto é, em última análise, o que conta, tanto para as vítimas quanto para a posteridade” (Agamben, 2002, p.173)

Zonas de silêncio, segredo familiar

Embora a vivência dos horrores perpetrados pelo III Reich não tenha atingido factualmente os descendentes, filhos e netos dos sobreviventes desta catástrofe, estes nasceram e se constituíram no caldo de cultura no qual seus pais foram formados. E isso certamente teve consequências, ou seja, a geração de filhos e netos da *Shoah* sofre também da ordem do traumático, embora não a tenham vivenciado concretamente. Em outras palavras, o vivido pela geração *Shoah* constituiu-se como traumático tendo sido, como veremos detalhadamente mais adiante, transmitido sob a forma de “Zonas de Silêncio” tanto pelas vítimas, quanto pelos algozes, para seus descendentes.

É essencial, portanto, defender a tese de que os efeitos dessa transmissão mereceram pesquisas, descrições e divulgação, a partir do testemunho de alguns descendentes dos sobreviventes e do esforço de pesquisadores de diferentes áreas, entre elas a Psicanálise. Quanto a essa, inúmeras questões foram levantadas acerca do representável e do irrepresentável do ponto de vista da metapsicologia freudiana; acerca da cena traumática e de sua importância nas duas tópicas freudianas; e a respeito do lugar da agressão, da violência e da barbárie na vida contemporânea. Sempre dentro da perspectiva psicanalítica, mas sem dispensar o intercâmbio com os demais campos do saber, essas são questões que, à medida que foram sendo formuladas, foram realçando, de forma constante, a relevância de se estudar a transmissão, com a finalidade de se destacarem as ferramentas conceituais na teoria psicanalítica que possibilitem a compreensão daquilo a que hoje assistimos, seja sob a forma de repetições de mecanismos de segregação e exclusão, seja sob as formas mais atrozes de violência até o extermínio, e que entendemos que se trata de uma realidade que a modernidade um dia acreditou que pudesse não mais se repetir.

Propor-se a pensar e refletir sobre a questão da transmissão do trauma entre as gerações que, de uma maneira ou de outra estão envolvidas com o insuportável de se ouvir, impõe-nos a exigência de situar a catástrofe coletiva entre a história e a psicanálise. Isso significa necessariamente ocupar-se com o trauma e seus destinos e as modalidades possíveis de elaboração e reconstrução da vida psíquica e do tecido cultural, diante de seus efeitos devastadores, efeitos que não cessam de se reproduzirem.

O historiador Eric Hobsbawm permitiu-nos apreender a barbárie na era que ele chamou de “Era de Catástrofes” (1998), barbárie cujo incremento, desde então, não tem dado sinais de declínio. Barbárie que já havia surpreendido Freud, quando se deu conta de que ela costuma caminhar *pari passu* com a civilização. A constatação da convivência constante entre o mais primitivo e o mais avançado e o conflito eterno e permanente de Eros e Tanatos, quer no indivíduo, quer no coletivo, levou-o a afirmar a existência de um pacto entre progresso e barbárie, em 1939. E o pior ainda estava por vir.

Na esteira da violência da I Guerra Mundial, a necessidade de investigar os sobreviventes do *front* apresentava a Freud uma sintomatologia que se diferenciava das neuroses de transferência e das neuroses atuais cuja etiologia e tratamento eram, já nessa ocasião, bem conhecidas por ele e por seus colaboradores. Tratados como neuróticos de guerra tinham como característica sintomática repetir incessantemente, em pesadelos ou *flash backs*, o terror vivido no *front*, sintomatologia que levou Freud a recolocar a questão da importância do acontecimento real⁴ na origem do trauma e a debruçar-se sobre o significado da compulsão a repetir.

A demanda de tratamento para os soldados acometidos por neuroses de guerra (*Kriegsneurosen*) constituiu o tema de um congresso realizado em Budapest em 1918, que reuniu pela primeira vez, delegados oficiais do comando militar alemão, austríaco e húngaro com os psiquiatras e psicanalistas interessados nessa época em buscar soluções para os enigmas colocados pelos novos quadros clínicos refratários aos tratamentos tais como eram conduzidos até



Em pé: Otto Rank, Karl Abraham, Max Eitingon, e Ernest Jones. Sentados: Sigmund Freud, Sandor Ferenczi e Hanns Sachs.

então e que apontavam e que conceituou como uma das modalidades das neuroses traumáticas (Freud, 1919/2023).

Estava aberto o caminho para as modificações teóricas exigidas pela presença dos fenômenos traumáticos associados à compulsão à repetição, que configurou o eixo em torno do qual Freud construiu o modelo da segunda tópica e formulou a segunda teoria pulsional, para “Além do Princípio do Prazer” (1920). A investigação do quadro clínico apresentado, cujo sintoma contrariava a teoria da hegemonia do princípio do prazer, resultou na descoberta de que as neuroses de guerra eram uma forma de neuroses traumáticas e que estas, ao contrário das neuroses espontâneas, não surgiam de um conflito entre as exigências da pulsão sexual e as defesas do Eu e nem obedeciam ao princípio do prazer levando o sujeito à repetição incessante da vivência dolorosa, que o relançava na angústia avassaladora e na impossibilidade de simbolização da dor. Enquanto nas neuroses de transferência, “o inimigo do qual o Ego se defende é, na verdade, a libido, cujas exigências lhe parecem ameaçadoras, nas neuroses traumáticas, “o Eu humano se defende de um perigo que o ameaça de fora. Em ambos os casos, o Eu tem medo de ser prejudicado – no primeiro caso pela libido, e no segundo, pela violência externa.” (Freud, 1919, p.226). A partir deste ponto, a análise freudiana permitiu que a associação entre Trauma e Catástrofe fosse estabelecida.

Os traumas dessa natureza não podem ser equiparados aos traumas infantis, considerados como estruturantes na constituição do sujeito em psicanálise, nem às neuroses espontâneas. Enquanto diante da experiência traumática o recalque pode ser acionado, trata-se de dar uma nova interpretação de sentido face à evocação das recordações. Diante da recusa/desmentido da percepção da realidade (*Verleugnung*) que opera uma clivagem no Eu (*Spaltung*), torna-se necessário, porém, um trabalho de integração da causa real do acontecimento e de suas repercussões posteriores (*Nachwirkungen*) às significações e recordações pré-existentes.

O quadro sintomático apresentado pela neurose traumática se aproxima do da histeria pela abundância de seus sintomas motores semelhantes; em geral, contudo, ultrapassa-o em seus sinais fortemente acentuados de indisposição subjetiva (no que se assemelha à hipocondria e melancolia), bem como nas provas que fornece de debilitamento e de perturbação muito mais abrangentes e gerais das capacidades mentais (Freud, 1920, p.23).

Por essa razão, acompanhamos a trajetória freudiana no desdobramento das versões e destinos do trauma, seus passos desde a etiologia traumática das neuroses até as neuroses de guerra ou neuroses traumáticas.

O impacto da história certamente deixou suas marcas na cultura e seus efeitos no psiquismo dos sujeitos afetados pelos traumas reiterados, e que trazem em seu bojo o enigma de um paradoxo – a destruição e a sobrevivência. Conseqüentemente, como já mencionado acima, deu lugar à repetição das cenas traumáticas nos pesadelos, delírios e alucinações dos sobreviventes, complementados pelo seu despertar para a angústia avassaladora – experiência de quem perdeu a experiência – e por estar preso nas malhas da repetição constituiu formas de vida própria aos homens privados da possibilidade de um desgaste da memória traumática. As etapas que percorremos, desde a catástrofe coletiva responsável pela geração de traumas que reivindicam soluções, na maioria das vezes não encontradas, até as diferentes modalidades de enfrentamento da devastação psíquica por ela provocada, nos encaminham para os efeitos pós-traumáticos e sua transmissão à(s) geração(ões) subsequente(s).

Trata-se de alinhar os caminhos abertos na escrita freudiana para abordar uma questão central que nos ocupa, a saber: como são transmitidos de uma geração (a dos sobreviventes) para outra (a de seus descendentes), os efeitos de uma experiência catastrófica sobre um coletivo, quando efeitos traumáticos são gerados em indivíduos particulares e no próprio tecido social?

Para chegarmos a uma possível resposta, é preciso começar pela compreensão dos aspectos paralisantes da transmissão entre as gerações. Em função disso, buscamos ancorar-nos no que denominamos de “Metapsicologia da Transmissão” na obra de Freud. O itinerário conceitual concentra-se em dois eixos principais: o processo de identificação fundamental para a constituição do Eu e a formação do Supereu como herdeiro do complexo de Édipo, e o estudo da transmissão de uma tradição, tal como foi desenvolvida por Freud naquele que é considerado seu texto-testamento, escrito em plena vigência do nazismo, e concluído em seu exílio em Londres: “O Homem Moisés e o Monoteísmo” (1939). Consideramos que, em conjunto, compõem a possibilidade de perfazer o caminho de aquisição de uma herança ancestral por parte de cada sujeito que, segundo a perspectiva freudiana, segue o aforismo de Goethe: “aquilo que herdaste de teus ancestrais (*Vätern*), conquista-o para fazê-lo teu”⁵ (Freud, 1996/1913, p.160). E que anos mais tarde ao escrever sobre Eichmann, Hanna Arendt atualizou quando escreveu que “toda geração, em virtude de ter nascido num *continuum* histórico, recebe a carga dos pecados dos pais, assim como é abençoada com os feitos dos ancestrais.” (Arendt, 1999, p. 321).

Freud nos ensina, que a herança opera como estrutura de transmissão, indicadora do lugar de inscrição de cada novo ser, cuja condição de existência é o legado do patrimônio parental contido no conjunto de representações que os pais forjam a respeito do que deve ser a vida dos filhos; que é nesse duplo cimento identificatório que o filho é incluído na cadeia geracional da história familiar, momento de atualização das gerações passadas, o que torna frequente a retomada de desejos conscientes e inconscientes de gerações anteriores (avós, bisavós, tetravós). Situado, portanto, dentro de um contexto intergeracional que carrega esses projetos identificatórios pendentes de outras gerações, apresenta sempre contradições e lacunas inerentes à dupla injunção característica da trama edipiana: *deves ser como... não podes ser como*, isto é, a identificação não se esgota com o preceito: você deveria ser assim (como o seu pai), mas inclui a proibição: você não pode ser assim (como o seu pai), “não pode fazer tudo o que ele faz, certas coisas são prerrogativas dele” (Freud, 1923, p. 49).

Zonas de Silêncio instalaram-se no seio das novas famílias constituídas pelos sobreviventes da *Shoah*, tão logo foram libertados e durante um longo tempo, zonas que configuraram um segredo familiar (Gaulejac, 1999) e modelaram a estrutura psíquica da segunda geração. Seja por temor de reabrir feridas com as quais seria impossível conviver, seja porque para viver era preciso esquecer, como afirmou George Semprún⁶, testemunha excepcional do século 20, ou ainda devido ao medo de contaminar a vida psíquica da prole com os horrores de que os humanos foram e são capazes, o que tinha que ser evitado a qualquer custo, ou porque sentimentos de vergonha, e de culpa construíam um impedimento, as consequências do contato da segunda geração com o conhecimento do passado de seus familiares não poderiam, de forma alguma, deixar de ser complexas. Primeiro, porque toda realidade silenciada que se mantém como um segredo familiar, em se tratando de uma realidade traumática sem resolução, tende a repetir-se compulsivamente, como tentativa de dominá-la *a posteriori*. E, em segundo lugar, porque entre a necessidade de lembrar para poder narrar e a impossibilidade de nomear o invivível, o relato se tornou impossível.

Sendo assim, diante da segunda geração, a revelação do que acontecera a seus pais, avós, tios, podia chegar à consciência da criança pela via de atitudes e comportamentos enigmáticos dos pais, ou a partir de uma revelação dos pais que somente poderia efetuar-se sob forte impacto emocional e conseqüentemente, se constituir como trauma. O contato da segunda geração com a história passada de seus pais, avós e bisavós foi estabelecido através da informação dada por terceiros, enquanto muitos só tomaram ciência dela através dos meios de comunicação ou na escola, às vezes apenas depois da morte de um deles o que, inevitavelmente comprometeu o trabalho de luto de toda uma geração de filhos de sobreviventes tanto da parte das vítimas quanto dos algozes e devo ainda sublinhar que a transmissão dos traumas e suas consequências não se deteve na segunda geração (Kupferberg, 2011).

Considerando Auschwitz/Treblinka como um abismo que separa os homens em um antes e um depois, para os psicanalistas do pós-guerra termos como trauma, catástrofe, desmentido e testemunho ganharam novos significados e ressonâncias até então desconhecidas, exigindo novos instrumentos para lidar com a dor, a ferida e com o indizível. Diante disso, uma nova geração de psicanalistas húngaros sobreviventes da *Shoah*, Nicholas Abraham e Maria Torok entre outros, marcados pelo desaparecimento de suas famílias e pelo exílio, tributários das concepções teóricas de Freud, Ferenczi e da fenomenologia de Husserl, legaram à psicanálise uma contribuição original que lhe forneceu instrumentos conceituais para tratar sequelas de acontecimentos traumáticos do porte da *Shoah*, o que permitiu ampliar a compreensão em torno do traumático, seus efeitos e sua transmissão. Revisitar o lugar do conceito de realidade no âmbito da teoria freudiana e sua importância na compreensão do modo como a aquisição do conhecimento da alteridade no desenvolvimento da criança se constitui a partir da elaboração do que é traumático e de sua posterior integração, tal como é postulado por Freud ao teorizar sobre a organização genital infantil, em 1923, tornou-se necessário e levou os autores a retomarem o entendimento sobre as diferentes versões do traumático iniciado por Freud em 1918, no V Congresso de Psicanálise em Budapeste.

Torok e Abraham, entre outros, entenderam que sobreviver a esse tipo de trauma não é uma tarefa simples. Não significa apenas escapar da morte. A questão é como sobreviver conservando a dignidade e a moral de um ser humano que sofreu um processo de desumanização durante anos? Em “A Tréguia”, Primo Levi conta-nos seu encontro com um filho de Auschwitz. Hurbinek aparentava 3 anos quando os russos o libertaram, e sem nunca ter aprendido a falar não conseguiu romper o mutismo, morreu dias depois da libertação. E Levi conclui “Nada resta dele: seu testemunho se dá por meio de minhas palavras” (Levi, 1989:31). Um pequeno *Muselman*⁷ entre tantos outros a quem a vida foi roubada antes mesmo de morrer. Por essa razão, Levi considera que os sobreviventes não são as verdadeiras testemunhas, são apenas uma minoria que, por habilidade ou sorte, não tocou o fundo do poço, “pois os que lá chegaram não voltaram para contar suas histórias ou voltaram completamente mudos: estes sim são as testemunhas integrais, cujo depoimento teria significado geral” (Levi, 1989, p. 72). Ninguém testemunha porque “testemunhar (*bear witness*) é aguentar (*bear*) a solidão de uma responsabilidade e aguentar (*bear*) a responsabilidade, precisamente, desta solidão” (Felman, p. 15).

Como sobreviver àquilo que Hannah Arendt mostrou que servia como laboratório? Onde se demonstrou a crença fundamental do totalitarismo de que tudo é possível já que “os campos (*Lager*) destinam-se não apenas a exterminar pessoas e degradar seres humanos, mas também servem à chocante experiência de eliminação, em condições cientificamente controladas, da própria espontaneidade como expressão da conduta humana” (Arendt, 2006, p. 489)

Anos mais tarde, Caruth (1996: 58) nota que o trauma, além de ser um “efeito de destruição”, é também, e fundamentalmente, “um enigma da sobrevivência”. Com isso, somente no reconhecimento da experiência traumática como paradoxo “entre a capacidade de destruição e a sobrevivência”, é que se pode “reconhecer o legado de incompreensibilidade no cerne da experiência catastrófica”. O trauma não consiste somente no confronto com a morte, mas na sobrevivência não reconhecida. Desse modo, Caruth (1996, p. 64) esclarece que o que retorna não é só a incompreensibilidade da proximidade com a morte, como também a incompreensibilidade da sobrevivência, sendo a repetição não só o esforço de compreensão de quase morte, mas também a afirmação da própria sobrevivência que sustenta uma “confrontação interminável com a violência que retorna do passado”, um reencontro com a dor intolerável a ele associada (Caruth, 1996, p. 69).

Desde a complexidade dos remanejamentos teóricos introduzidos com os conceitos de introjeção das pulsões, incorporação do objeto, símbolo e anassemia, à criação da figura metapsicológica da *cripta*⁸, por Torok, e do *fantasma*, por Abraham, o estudo conceitual de suas descobertas estendeu o alcance

teórico e clínico das investigações do trauma e seus destinos na clínica e na cultura, facilitando a delimitação desse campo de conhecimento.

Os efeitos da transmissão do traumático efetua-se de duas formas: (a) pelas vias da simbolização que permitem a elaboração do trauma e de um luto correspondente, com sua consequente narratividade e possibilidade de sublimação; ou (b) pela via do silêncio e do segredo, entendido como uma das formas de prolongamento do traumático que perpetuou seus efeitos e sua impossibilidade de elaboração. Concluímos que a patologia da transmissão leva os efeitos da devastação psíquica a se transmitir para além da vida de um sujeito, produzindo ressonâncias através das gerações.

A investigação dos impasses sofridos na transmissão, abordados a partir do fator potencialmente traumatogênico presente na catástrofe estudada, para o sujeito e para a cultura, encaminha-nos para pensar a doença do luto e para as figuras da *cripta* e do *fantasma* como operadores conceituais na transmissão de um conteúdo traumático, ou de uma perda traumática não elaborada para a geração seguinte, seja como enigma ou como impensado.

Retomando o modelo freudiano da vivência de satisfação, Torok e Abraham remetem o momento paradigmático da introjeção ao momento em que o vazio da boca da criança passa a ser preenchido com palavras – passagem de uma boca farta de seio para uma boca repleta de palavras. A garantia da façanha é a presença da mãe que, inscrita na ordem da linguagem permite a substituição do seio antes imprescindível abrindo caminho para a inserção da criança na comunidade simbólica, reino da linguagem. Somente dessa forma, mediante a introjeção, o sujeito pode encontrar os meios para metaforizar a perda do objeto idealizado e futuramente atenuar os impactos catastróficos das ameaças e perigos sempre iminentes de novas faltas e perdas que ocorrem em situações traumáticas graves.

Diante da impossibilidade de se operar a introjeção, entra em cena a fantasia de incorporação, que significa instalar o objeto idealizado no eu, processo que paralisa o sujeito e impede o reconhecimento da perda e sua elaboração, tornando impossível qualquer trabalho de luto e a reestruturação libidinal dele decorrente, o que evidentemente prende o sujeito ainda mais ao objeto perdido, abrindo uma lacuna no psiquismo incapaz de metaforizar, e o sujeito da incorporação exclui a possibilidade de trocas simbólicas (Herzog; Salztrager, 2003, p.27-42).

Se, de acordo com Freud, a característica fundamental da etiologia da neurose traumática é o susto (*Schreck*), o pavor (*Furcht*) que o sujeito sofre diante de um acontecimento que, de forma imprevisível, sem que nada anunciasse sua chegada, ameaça sua vida, sem dar-lhe tempo psíquico para preparar-se para o perigo através da angústia sinal, sugerimos que a revelação de uma memória traumática à geração seguinte é sempre acompanhada pela mesma dinâmica e tonalidade afetiva. Em outras palavras, quando um segredo é mantido, em decorrência de uma impossibilidade de nomear o vivido e, conseqüentemente, inviabiliza sua elaboração e integração à cadeia significativa, produz-se a construção de uma *cripta* lá onde um luto deveria ter lugar. Nesse caso, a transmissão inconsciente de um *fantasma* para a geração seguinte constitui-se como uma busca de resolução para a dor gerada pelo acontecimento traumático, que não pôde ser encontrada pelo sobrevivente nem durante sua vida, nem na sua geração.

A partir de então, o trauma passará a ter que se resolver no funcionamento psíquico de um outro que nunca viveu aquela experiência concretamente, mas que foi encarregado, sem o saber, de preencher a lacuna deixada pelo trauma na vida de seu pai ou mãe e dessa forma, a segunda geração (quando não a terceira) passa a ser encarregada de enterrar os mortos que o sobrevivente só pôde guardar na *cripta*, e de realizar o trabalho de resgate da memória e o processo de luto.

Ao nos debruçarmos sobre pesquisas realizadas com sobreviventes e com descendentes da segunda e terceira geração de sobreviventes de um genocídio, por meio de testemunhos e entrevistas realizadas com filhos e netos, adquirimos a oportunidade de ilustrar os efeitos da *Shoah* sobre a geração nascida no pós-guerra, em muitos casos alvo do silêncio sobre sua história e a de seus antepassados, como forma de

dar maior visibilidade aos mecanismos inconscientes de transmissão da violência do traumático, presente na sua constituição psíquica e na relação entre os membros das diferentes gerações.

A maior parte dos filhos dos sobreviventes da *Shoah* recebeu dos pais uma dupla missão: de ser o herói que acertaria a vida familiar curando as feridas causadas pela morte e o desaparecimento dos familiares amados, e de ser o signo, o traço das feridas que não deveriam jamais ser esquecidas. Ao mesmo tempo, deveriam ser expressão do apagamento do passado doloroso perdido e a preservação dos traços da perda, isto é, aquele que deve fazer esquecer e, ao mesmo tempo, jamais deixar de lembrar.



Constatamos que um dos aspectos mais importantes destacados nas pesquisas dos sobreviventes, bem como da segunda geração, é o silêncio e o segredo, que aparece praticamente em todos os testemunhos dos sobreviventes da *Shoah*. Todos nos mostraram que os efeitos dos traumas vividos pelos sobreviventes não se restringiram à sua geração, pois a elaboração das vivências traumáticas e o luto pelas perdas sofridas não se realizaram antes do nascimento de seus filhos, a segunda geração, nem do lado das vítimas (fruto dos ‘casamentos de desespero’), nem do lado dos algozes (dos filhos dos alemães). Os traumas desencadeados e sofridos pelos alemães nas décadas de 30 e 40 permanecem em grande parte silenciados até hoje, sem dar ensejo a um trabalho de luto, por dois motivos: a culpa pelo terror e crueldade praticados no genocídio do povo judeu e a impossibilidade de falar sobre os crimes que cometeram sob as ordens do regime nazista, e nem sobre o que sofreram quando os exércitos de ocupação entraram na Alemanha.

Psicanalistas como Bruno Bettelheim, Yael Danieli, Sara Kofman; escritores como Charlotte Delbo, Elie Wiesel, Helen Epstein, Ida Fink, Jean Améry, Jorge Semprun, Primo Levi; cineastas como Claude Lanzmann⁹, Alain Resnais & Marguerite Duras, Agnieszka Holland, Roman Polanski, Werner Fassbinder, Claude Lelouch, Costa Gavras; poetas como Paul Celan, na realidade Paul Ansel, fizeram da linguagem poética seu instrumento de testemunho, de resposta à catástrofe, cuja ausência de forma e de medida ele procurou cercar com as palavras portadoras do horror e do sofrimento, na língua que os engendrou, língua materna e dos assassinos (*Muttersprache-M6ordersprache*), procurando despertar o sujeito como na da “dor que dorme com as palavras”, ao se debruçar sobre o problema da representação da catástrofe e do indizível (Oliveira, 2012).

Art Spiegelman em sua ilustração “Comics” foi igualmente uma das testemunhas que, afetadas pelas marcas que foram gravadas em seus familiares e seu contexto cultural, se dedicaram a pensar sobre os seus efeitos, e que nos revela que, de uma catástrofe desse porte, “o que vem à tona, então, de forma filtrada, são fragmentos, ou cacos de uma memória esmagada pela força de ocorrências que não chegam nunca a se cristalizar em compreensão ou lembrança” (Nestrowsky & Silva, 1998-99, p. 6). Um “não dito” que é o único modo de expressar a impossibilidade de compreender o horror, a partir do qual é gerada uma modalidade de silêncio que passa a ser transmitido de geração em geração.

David Grossman, escritor e jornalista israelense, dedicou seu célebre *Ver: Amor* (1986) a desvendar o efeito dos traumas vividos nos campos concentracionários sobre *Momik*, filho único de 9 anos de um casal de sobreviventes da *Shoah*, que cresce à sombra da história da família de sobreviventes em Israel. *Momik* traz consigo a herança traumática desse assombroso fato sem jamais tê-lo vivenciado. Sua busca incessante pela compreensão da catástrofe reflete-se na sua tentativa de recomposição dos acontecimentos a partir de seu imaginário e, posteriormente, por sua trajetória como escritor e pesquisador.

A “profecia” de Primo Levi

Entendemos, então, a necessidade de testemunhar e endereçar esse testemunho publicamente como um desejo de manter viva a memória da *Shoah*, na tentativa de assegurar um movimento permanente de questionamento por parte das futuras gerações, e alertar para o perigo da repetição. Repetição que, lamentavelmente, se atualiza e se reatualiza, em nosso tempo, com a mesma violência com que, desde a I Guerra Mundial, o pacto social foi rompido, instalando o horror e a barbárie. Consideremos como profecia o alerta de Primo Levi de que enquanto subsistir a concepção de que “cada estrangeiro é um inimigo, a história dos campos de extermínio segue tendo consequências, o que deveria ser compreendido por todos como um sinal de perigo” (Levi, 1989, p. 9).

Um alerta que, infelizmente, não teve ressonância entre as gerações subsequentes. Hoje, cada vez mais, diferença e estrangeiro se associam à ameaça e mal, atualizando soluções, em todas as partes do mundo, com consequências devastadoras, que a geração de sobreviventes da *Shoah* e a segunda geração um dia acreditaram que não iria se repetir nunca mais.

A pesquisa psicanalítica oferece-nos instrumentos que contribuem para os processos e tentativas de elaboração dos traumas, tendo-se tornado essenciais à preservação do sujeito e da cultura. Desde setembro de 1918, no decorrer da Primeira guerra mundial, quando teve lugar o V Congresso de Psicanálise (28 e 29 /9/1018), Freud e seus colaboradores já apontavam que as *Kriegsneurosen* revelavam um conflito no *Eu* e suas relações com o terror (*Angst*) e o susto (*Schreck*) e nas condições de possibilidade de o sujeito lidar com o que lhe acomete desde a realidade, sem que esteja preparado para o que lhe acontece desde o impacto externo. Surgia uma nova elaboração da concepção de trauma que, embora não negasse a primeira teoria ou versão, anuncia a ampliação da teoria metapsicológica sobre as versões do trauma e suas consequências psíquicas, abordagem que acompanhará Freud até seus derradeiros escritos, que ampliavam o campo da investigação psicanalítica para permitir uma intervenção em sujeitos que, segundo a pesquisa atual de JFCosta (2024) sofrem de “Traumatismos da ordem vital”:

O episódio traumático se caracteriza pela ameaça à ordem vital, isto é, às pulsões do ego ou pulsões de conservação. Nesse aspecto, difere das frustrações impostas à ordem sexual. Na ameaça à ordem vital, a memória é requisitada como compulsão à repetição e a defesa egoica consiste, sobretudo, na imobilização do agente traumático. Na frustração libidinal, em contrapartida, a memória emerge na forma de evocação ou repetição e o ego lida com o desprazer substituindo o objeto de satisfação perdido ou fazendo refluir a descarga libidinal inibida para a organização narcísica (Freire, 2019, p.103).

Trata-se de traumatismos que não cessam durante a vida daquele que o sofreu diretamente e que, por outro lado, carregam a necessidade de dialogicidade. Ouçamos, mais uma vez Levi: “A necessidade de contar ‘aos outros’, de tornar ‘os outros’ participantes, alcançou entre nós [os sobreviventes], antes e depois da libertação, caráter de impulso imediato e violento, até o ponto de competir com outras necessidades elementares” (Levi, 1988, p.7) . O diálogo com o outro, sabemos, faz laço social, ou seja, um laço com “os outros”.

A possibilidade da sublimação do traumático foi contemplada na brilhante elaboração de Art Spiegelman (1995), daquilo que lhe foi transmitido na convivência com seus pais sobre a tragédia vivida em Auschwitz, apresentada nos dois volumes em quadrinhos de “*Maus*”. Conta a vida de seus pais, antes e durante a guerra, colhida como testemunho de seu pai, após o suicídio de sua mãe, e que levou Art a um surto psicótico e uma internação e a demonstrar como é possível um processo de *perlaboração* (*Durcharbeitung*) do trauma e um trabalho de luto conjunto entre as gerações. Ao se tornar autor de um livro ilustrado em quadrinhos, cujo conteúdo é o testemunho de um sobrevivente da *Shoah*, seu pai,

utilizando o gênero HQ (*comics*) como veículo, Art Spiegelman conseguiu encontrar um modo inusitado de abordar esse acontecimento catastrófico, ao mesmo tempo em que subverteu a função do cômico ampliando seu campo de ação a novos espaços e temas, de uma forma que confirma a tese freudiana sobre o papel do humor como uma das funções do *Supereu* (Freud, 1927). É inegável a sua habilidade na abordagem das três dimensões que pretendeu cobrir. A histórica (*Shoah*), a etnográfica (a cultura judaica sobrevivente e a segunda geração) e a autobiográfica (o trauma individual e o coletivo). Além disso, a alegoria que constrói é impressionantemente precisa, mesmo quando se aproxima de forma irônica das mais complexas e difíceis situações. As ilustrações de Spiegelman fornecem subsídios para a compreensão de como se processa a transmissão de um evento traumático para alguém que sofreu seus efeitos, sem tê-lo vivido diretamente. Efeitos a partir dos quais se cria a necessidade de sustentar um testemunho sobre aquilo que foi silenciado pelo traumatizado. O testemunho, neste caso, é de “*Maus I e Maus II*” e a testemunha é *Vladek* pai de *Art*, que transmite ao filho um passado angustiante que ainda não foi apaziguado. Através de seu investimento, *Art* conseguiu transformar todos seus leitores em testemunhas de sua história, sob duas vertentes: – da tragédia e da criação. “*Maus*” não trata apenas da história de *Vladek* (seu pai) e de *Anja* (sua mãe que anos depois de haver sobrevivido a Auschwitz e de ser libertada, emigrou para a América, e anos depois cometeu suicídio), como também a do próprio filho em sua luta para compreender suas origens e as de sua família totalmente desaparecida e depois silenciada, pelo e no seu esforço de interromper a repetição. A maioria dos sobreviventes da Shoah nunca soube o que aconteceu com aqueles que simplesmente desapareceram, sem nunca se terem despedido. Deles só ficou o registro que a obsessão dos burocratas nazistas deixou como uma de suas heranças¹⁰.

Em resumo, alguns dos efeitos decorrentes da transmissão traumática, cujas causas permaneceram desconhecidas enquanto perdurou o silêncio sobre a história dos antepassados, fazem parte dos testemunhos que demonstram de que maneira os psicanalistas podem contribuir para a análise de uma problemática que, além de atingir o sujeito, atinge o próprio tecido que constitui o campo social.

A investigação das formas de transmissão de experiências traumáticas de uma geração para outra torna necessário se debruçar sobre a difícil tarefa de servir de testemunha para depoimentos fragmentados do traumático, de modo a permitir a construção de narrativas capazes de contar a história, e integrá-la, tanto ao mundo daqueles que a viveram quanto daqueles que os reconhecem e acolhem.

Trata-se certamente de um trabalho que nunca está livre dos perigos e armadilhas que muitas vezes ultrapassam as fronteiras da sensibilidade e da empatia (*Einfühlung*), podendo criar um impedimento para se exercer um pensamento crítico atento. Ser testemunha significa poder manter um distanciamento de um objeto de estudo difícil como esse, para não correr o risco de afundar empaticamente no sofrimento acolhido, o que é tão imprescindível quanto nos deixarmos afetar pela sua ressonância. Um cuidado que possibilita ao psicanalista situar-se no lugar que lhe corresponde, sem perder de vista a singularidade de cada testemunho e a dimensão de sofrimento nele contido.

A interrogação que se impõe para mim é de tentar saber como sustentar alguma forma de humanismo como oposição às atrocidades que se realizaram e seguem realizando-se, quando os próprios acontecimentos e seus idealizadores e executores, os nazistas, tornaram suspeitos os ideais do humanismo. Ao mesmo tempo, não é menos inquietante lembrar que o julgamento de Nuremberg foi presidido pelos mesmos aliados que fizeram de Hiroshima e Nagasaki o cemitério de muitas vidas e das esperanças de que o horror não se repetisse jamais. Que homens eram os julgados? Que homens eram os juízes?

A exclusão e o horror não tiveram fim em 1945 com o término da guerra militar que derrotou a Alemanha hitlerista no campo de batalha, nem ela foi a última como se esperava, de forma que há muito que pesquisar a respeito, uma vez que as condições que resultaram na *Shoah* jamais foram debeladas. Nem mesmo o povo alemão reprovou até hoje os atos daqueles que exerceram a crueldade e o extermínio de milhões, nem aqueles que os apoiaram, aparelharam e financiaram, ou silenciaram indiferentes, sofreram

consequências. E quando uma sociedade inteira absolve a si mesma com base na justificativa de que estava apenas obedecendo ordens, mesmo aqueles que tentam livrar-se dessas crenças coletivas, tornam-se incapazes de fazer um luto.¹¹

Em nome do lucro, gigantes como IBM, Siemens e Coca-Cola, BMW e Mercedes e Krupp entre outros, usaram os prisioneiros dos campos de concentração para trabalhadores forçados durante o regime nazista na Alemanha e criaram e venderam a tecnologia que possibilitou o Holocausto. A grife Hugo Boss confeccionou uniformes para o exército alemão antes e durante a Segunda Guerra Mundial. O Deutsche Bank confiscou bens de judeus no mesmo período e vendeu o ouro e as obras de arte das vítimas.¹²

Em 2021, mais de 75 anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, ainda existiam 29 textos legais, ou regulatórios, datados dos anos do regime de Adolf Hitler, entre 1933 e 1945. Segundo diz Felix Klein, chefe do governo de Angela Merkel no combate ao antissemitismo, alguns desses textos têm “um fundo antissemita muito claro”.¹³ Com o apoio de vários partidos na Câmara Baixa do Parlamento Alemão (Bundestag), Klein pretendia passar tudo a limpo, se possível, antes do final da legislatura vigente.

Em outras palavras, uma catástrofe do porte da *Shoah* não se reduz a este ou aquele povo ou como tantos querem acreditar, não interessa apenas a alemães e judeus, nem pode ser pensado como um acontecimento encapsulado no passado. A história da *Shoah* ainda não terminou. As suas consequências traumáticas ainda estão atuantes e evoluindo ativamente no atual cenário político, social, cultural e artístico sem que o interesse e o questionamento a seu respeito possam arrefecer.

A dor, a exclusão, o horror e as ameaças constituídas pelos regimes totalitários e pelos fundamentalistas de qualquer crença religiosa, não acabaram com o fim da II Guerra Mundial. Suas repercussões estão em toda parte na cultura, conscientes ou não - na violência, na segregação, na barbárie, no fundamentalismo, no terrorismo, para mencionar algumas.

Apesar dos testemunhos nos livros, nos filmes, nos documentários, nos museus, nos monumentos, o indizível, o inominável, o que não é simbolizável, porque é da ordem da catástrofe, da devastação psíquica que caracteriza o traumático e a angústia desencadeada por ele, mantém, apesar de passadas duas gerações desde a *Shoah*, a necessidade crescente de encontrar formas de representar essa catástrofe, que marcou a história do século XX. E não só essa:

- Indonésia (1965–1966): O genocídio de pelo menos meio milhão de indonésios (outras estimativas chegam a um milhão de vítimas) caiu no esquecimento e na repressão¹⁴.
- Camboja (1975 a 1979): 1,7 milhão de mortos pelo ditador Pol Pot do regime comunista Kmer Vermelho.
- Ruanda (abril e julho de 1994): Foi um massacre dos hutus contra os tutsis durante a Guerra Civil Ruandesa, resultando em mais de 800 mil mortes.
- Bósnia sofreu uma "limpeza étnica" que ocorreu durante a chamada Guerra da Bósnia entre 1992-1995 quando em Srebrenica (11 a 25 de julho de 1995), 8 373 bósnios muçulmanos, de adolescentes a idosos, com idades variadas, foram dizimados no leste da Bósnia e Herzegovina, no coração da Europa.

Além de preservar a memória do ocorrido, esse artigo tem como objetivo principal contribuir para uma maior visibilidade do processo de elaboração da catástrofe, seus efeitos sobre o próprio sobrevivente e sobre aqueles que dele passaram a depender em seu processo de constituição enquanto sujeitos.

Nem sempre foi possível permanecer dentro dos limites do campo psicanalítico, apesar do esforço, porém sempre é tranquilizador lembrar que Freud (1921) demonstrou não existir um antagonismo entre a constituição do indivíduo e da cultura, autorizando a associação da pesquisa psicanalítica com os demais campos do saber. A nós, psicanalistas, cabe compreender e tratar aqueles pacientes cujo trauma individual se situa no contexto de uma catástrofe histórica, e se confunde com um trauma coletivo.

Em que o nosso instrumental teórico sobre a memória e o traumático, sobre a constituição do sujeito e das comunidades culturais, pode contribuir para a compreensão e o tratamento dos sobreviventes e de seus descendentes? E o que dizer a respeito daqueles que hoje, por diversas razões, procuram cuidados psicoterápicos por viverem sob a sombra permanente da ameaça de uma catástrofe? Qual o trabalho clínico a ser realizado? Qual o dever ético a ser observado? Se a compreensão adquirida a partir da teoria psicanalítica servir como ferramenta adicional ao esforço conjunto, com outras áreas do saber, para diminuir o risco de futuros cataclismas sociais do porte que foi o nazismo desde o início do século XX, a necessidade de se atribuir um sentido ao passado e transmiti-lo às gerações vindouras se justifica com a finalidade de evitar que as futuras gerações venham a sofrer suas sequelas, sem sequer terem consciência dos acontecimentos vividos pelos seus antepassados. Mesmo que não se atinja uma representação adequada dos traumas decorrentes das inúmeras catástrofes ocorridas desde o século XX, o contato com o passado torna-se absolutamente necessário para o desenvolvimento de uma política eficiente no presente, para que as lições extraídas da *Shoah* não sejam apenas a repetição do racismo seguido do extermínio do outro, ambas formas de atualização do passado sem nenhuma elaboração.

O reconhecimento das cicatrizes no corpo e na alma (ao invés de tentar escapar delas), que marcaram os sobreviventes de forma indelével e que foram transmitidas à(s) geração(ões) seguinte(s), é condição para que uma elaboração se torne possível. Lembrando que, elaborar não é o mesmo que saber, é mais do que saber, é poder conviver com um passado reconstruído que inclua as perdas vividas e o luto que lhes corresponde, pois se nós não lidamos com os nossos sentimentos, se não entendemos nossa experiência, o que estamos fazendo com os nossos filhos e netos?

Para concluir, quero enfatizar que as *Zonas de Silêncio*, que afastam as gerações e impedem a elaboração dos efeitos traumáticos de catástrofes coletivas e, conseqüentemente, o luto pelas perdas sofridas, transcendem as suas vítimas diretas, tanto no terreno da vida privada quanto das instituições culturais. Elas silenciam uma passagem da história do homem a toda a humanidade, história que fez, conforme a sabedoria de Primo Levi, o homem ter vergonha de ser homem.

Em *O Fim da Violência*, Wim Wenders conduz o personagem principal, ao final, transformado após atravessar a violência extrema, a aprender a nomear numa língua estrangeira para reconstruir o real por meio da renomeação, redescoberta da palavra e da existência – um reencontro após a travessia dos abismos da linguagem¹⁵. Assim é também na poesia de Celan e na narrativa de Primo Levi. Poderá ser assim na psicanálise?

Referências:

- Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arendt, H. (2006). *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Celan, P. (1999). *Cristal*. São Paulo: Iluminuras.
- Felman, S. (2000). Educação e crise, ou as vicissitudes do ensino. In A. Nastrovski & M. Selligmann (Orgs.), *Catástrofe e representação: Ensaio* (pp. 13-72). Rio de Janeiro: Escuta.
- Freire Costa, J. (2019). Memória e trauma. *Cadernos de Psicanálise*, 41(41), 1-12. <https://doi.org/10.1590/S1413-629520190041>
- Freud, S. (1980). *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud* (Vols. 1-24). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1919). Introdução a 'A psicanálise e as neuroses de guerra'. In *Obras Completas* (Vol. XVII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1920). *Além do princípio do prazer*. In *Obras Completas* (Vol. XX). Rio de Janeiro: Imago.

- Freud, S. (1923). A organização genital infantil: Uma interpolação da teoria da sexualidade. In *Obras Completas* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1927). O humor. In *Obras Completas* (Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1930[1929]). *O mal-estar na civilização*. In *Obras Completas* (Vol. XXI). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1939[1934-1938]). *Moisés e o monoteísmo: Três ensaios*. In *Obras Completas* (Vol. XXIII). Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (2023). *Psicanálise das neuroses de guerra*. São Paulo: Quina Editora.
- Gaulejac, V. de. (1999). *L'histoire en héritage: Roman familial et trajectoire sociale*. Paris: Desclée de Brouwer.
- Herzog, R., & Salztrager, R. (2003). A formação da identidade na sociedade contemporânea. In T. Pinheiro (Org.), *Psicanálise e formas de subjetivação contemporâneas* (pp. 27-42). Rio de Janeiro: Contracapa.
- Hobsbawm, E. (1998). Barbárie: Manual do usuário. In *Sobre história* (pp. 268-280). São Paulo: Companhia das Letras.
- Hobsbawm, E. (2003). *Era dos extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kupferberg, M. (2011). Efeitos da transmissão traumática sobre a 3ª geração. *Trivium - Estudos Interdisciplinares*, 34-43. <https://doi.org/10.2176-4891>
- Kupferberg, M. (2009). Zonas de silêncio: A transmissão interrompida. In *Memória e cinzas: Vozes do silêncio* (pp. 103-125). São Paulo: Perspectiva.
- Lanzmann, C. (1998). Hier ist kein warum. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, (38), 261.
- Lessa, R. (2005). *Tribunal da história* (pp. 225-253). Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Levi, P. (1988). *É isto um homem?* Rio de Janeiro: Rocco.
- Levi, P. (2004). *Os afogados e os sobreviventes*. São Paulo: Paz e Terra.
- Levi, P. (2010). *A tréguia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lima Lins, R. (1990). *Violência e literatura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Mitscherlich, A., & Mitscherlich, M. (2007). *Die unfähigkeit zu trauern: Grundlagen kollektiven verhaltens* (20th ed.). München: Piper.
- Oliveira, M. C. (2011). *A dor dorme com as palavras: A poesia de Paul Celan nos territórios do indizível e da catástrofe*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Semprún, J. (1994). *L'écriture ou la vie*. Paris: Gallimard.
- Spiegelman, A. (1986). *Maus I*. New York: Pantheon Books.
- Spiegelman, A. (1991). *Maus II*. New York: Pantheon Books.
- Selligmann-Silva, M. (2008). Narrar o trauma: A questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pc/a/5SBM8yKJG5TxK56Zv7FgDXS/?lang=pt>

Notas:

¹ O termo *genocídio* não existia antes de 1944; ele foi criado como um conceito específico para designar crimes que têm como objetivo a eliminação da existência física de grupos nacionais, étnicos, *raciais* e/ou religiosos. Em 1944, Raphael Lemkin (1900-1959), um advogado judeu polonês, ao tentar encontrar palavras para descrever as políticas nazistas de assassinato sistemático, incluindo a destruição dos judeus europeus, criou o termo combinando a palavra grega *geno-*, que significa *raça* ou tribo, com a palavra latina *-cídio*, que quer dizer assassinato.

² O termo *Shoah* apareceu nesse contexto pela primeira vez numa brochura concernente ao auxílio a ser dispensado aos judeus poloneses vítimas dos *pogroms*.

³ Na forma latina, *Holocaustum*, foi usado pela primeira vez com referência específica a um massacre (*Pogrom*) de judeus, pelos cronistas Roger de Howden e Richard de Devizes na Inglaterra em 1910.

⁴ A língua alemã possui dois termos para designar a realidade, e Freud emprega ambos como se fossem sinônimos. Considerando o significado metapsicológico, propõe *Wirklichkeit* para designar a realidade psíquica (produtos da fantasia), e *Realität* para designar um conteúdo objetivo comprometido com a realidade externa. O mundo externo, a realidade, passa necessariamente pelo próximo (*Nebemensch*), que se constitui em objeto de investimento, sem o qual o humano nem chega a se constituir, dada sua condição insuperável de desamparo.

⁵ Goethe citado por Freud, [1913] 1996: 160). A frase, encontrada em "Totem e tabu" (1996 [1913]), sintetiza com efeito a apropriação de um legado. Trata-se aqui da transmissão de uma herança ancestral da qual o sujeito se apropria.

⁶ O escritor espanhol Jorge Semprun Maura (1923 – 2011), citado acima acreditava que se voltasse a lembrar ou a escrever sobre o que vivenciara no Campo de concentração, morreria. Passaram-se 50 anos durante os quais ele não emitiu nenhuma palavra sobre sua vivência no campo de Buchenwald, só ao saber da morte (suicídio) do escritor Primo Levi iniciou a escrita de seu livro "A escrita ou a Vida" (1994).

⁷ Prisioneiro despojado de tudo que constitui o humano, exceto o medo. Um morto vivo. A tradição muçulmana tem origem no princípio islâmico do "Está escrito" indicando um destino pré traçado e inexorável (Lessa.R,2005:252)

⁸ Ao percorrer a obra de Abraham e Torok é preciso levar em conta que, para eles, o mecanismo psíquico fundamental é o da *introjeção das pulsões*, conceito entendido como modelo de funcionamento psíquico, constituindo-se como base sobre a qual se alinham as reflexões teóricas desses autores.

⁹ O filme-documentário *Shoah*, de Claude Lanzmann, que originalmente deveria se chamar *O Local e a Palavra*. O ensaio *The Return of the Voice: Claude Lanzmann's Shoah*, de Shoshana Felman, (1991) demonstrou em que medida o cineasta empreendeu um trabalho de cercamento ao sem-limites, ao indizível.

¹⁰ Cada prisioneiro foi minuciosamente registrado e ganhou um nome. De identificação que se encontra à disposição nos diversos museus do Holocausto, reais e virtuais além de vasta documentação que se encontra no Museu da Destruição, em Nuremberg na Alemanha, sede de Hitler e no Castelo De Wansee em Wansee em Berlim onde foi planejada a estratégia de extermínio dos judeus da Europa.

¹¹ Para isso ver Mitscherlich, A. Mitscherlich, M Die Unfähigkeit Zu Trauern (2007).

¹² Leia mais em: <https://super.abril.com.br/historia/os-aliados-ocultos-de-hitler>. Publicado em /10/2014.

¹³ <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/01/29/alemanha-quer-retirar-de-suas-leis-ultimos-vestigios-do-nazismo.ghtml>

¹⁴ Oppenheimer, Joshua em 2012, o cineasta norte americano realizou um documentário intitulado "O Ato de Matar" (The Act of Killing) com a história das vítimas e em seguida "The Look of Silence" com depoimentos dos perpetradores que continuam no poder até hoje.

¹⁵ "The End of Violence", Wim Wenders, França, Alemanha e EUA, 1997. Trata do impacto da violência sobre a vida e principalmente a forma como ela chega até as pessoas. A história condutora é a de Mike Max, um famoso produtor de Hollywood que está rodando um "enlatado americano" sobre violência e que muda radicalmente de vida após se ver frente à possibilidade real de morrer. mostrando o profundo impacto que têm na vida das pessoas Wim Wenders delicadamente alfineta a exploração geral de imagens de violência.

Citação/Citation: Kupferberg, M. (2024). *Os filhos da guerra: trauma e transmissão*. *Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano XVI, no. esp.), pp. 72-86.

Recebido em: 03/10/2024
Aprovado em: 15/11/2024